

## CCJ aprova exigência de renúncia para os candidatos à reeleição

Prefeitos, governadores e o presidente da República terão de deixar o cargo seis meses antes do pleito para disputar um novo mandato, segundo emenda constitucional que será agora apreciada em dois turnos pelo plenário do Senado

PÁGINA 5



Antonio Carlos Magalhães participou ontem, ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso, da solenidade do Dia do Soldado

### MARCHA DOS 100 MIL

#### ACM espera que protesto seja pacífico

PÁGINA 2

#### Defesa da democracia une os senadores

PÁGINA 8

#### Estudantes poderão ter aulas de direitos humanos

Foi aprovada ontem a criação de uma Política Nacional de Educação em Direitos Humanos, que deverá privilegiar princípios como a defesa da paz, a justiça e a tolerância.

PÁGINA 3

#### CFC sugere controle externo sobre Itaipu Binacional

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vai sugerir ao Itamaraty alteração em acordo com o Paraguai para permitir controle externo da empresa.

PÁGINA 4

## LAMPREIA NÃO VÊ EFEITO POSITIVO EM INTERVENÇÃO EXTERNA NA COLÔMBIA

O Brasil não irá se oferecer para intermediar negociações entre a guerrilha e o governo colombianos e não identifica efeitos positivos em uma eventual intervenção externa no país. A posição do Itamaraty foi definida ontem, na Comissão de Relações Exteriores, pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia. O ministro defendeu ainda o fortalecimento do Mercosul e demonstrou preocupação com a lisura do referendo sobre a independência ou autonomia do Timor Leste, hoje ocupado pela Indonésia.

PÁGINA 6

Lampreia foi convidado por Sarney para falar sobre crise no país vizinho



# ACM: democracia impõe limites à marcha

Presidente do Senado afirma que manifestantes devem promover ato pacífico e não invadir edifícios públicos, para que protesto de hoje na Esplanada dos Ministérios seja democrático

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apontou ontem "limites" para que a chamada "Marcha dos 100 Mil", preparada por partidos de oposição e organizações da sociedade civil, não perca o caráter de um "protesto democrático".

— Ninguém pode entrar na casa do outro sem ordem ou convite — afirmou o senador, ao posicionar-se contra qualquer tentativa de invasão de edifícios públicos.

Antonio Carlos falou após participar ao lado do presidente da República da solenidade de comemoração do Dia do Soldado. Ele destacou a absoluta necessidade de que o protesto seja pacífico, para que continue democrático. A respeito das estimativas sobre a dimensão que a marcha poderá ter, o presidente do Senado arriscou uma avaliação:

— Será muito menor do que as



Antonio Carlos, ao lado de outras autoridades, participou da missa por JK

previsões feitas.

A solenidade do Dia do Soldado contou com a presença, além do presidente da República e do presidente do Senado, do vice-presidente Marco Maciel, do ministro da Defesa, Elcio Alvares, e do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, entre outras autoridades. Durante

a cerimônia, houve a entrega da Medalha do Pacificador a um grupo de personalidades civis e militares. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) foi um dos condecorados.

O senador Antonio Carlos Magalhães participou, ainda na manhã de ontem, de missa pelo 23º aniversário da morte do ex-presidente da



Casildo Maldaner foi um dos condecorados ontem com a Medalha do Pacificador

República Juscelino Kubitschek. Celebrada no Memorial JK, a missa contou com a participação do governador Joaquim Roriz, dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), além do deputado federal Paulo Octávio e da ex-deputada Márcia Kubitschek, filha de Juscelino.

## Carvalho pede apoio ao estatuto da microempresa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu no início da noite de ontem, em seu gabinete, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Clóvis Carvalho. O ministro veio pedir a colaboração de Antonio Carlos no sentido de que a tramitação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa seja acelerada.

— O Estatuto da Micro e Pequena Empresa acaba de ser votado na Câmara dos Deputados e precisa efetivamente ser aprovado logo no Senado Federal para que possam as pe-

quenas e microempresas gozar dos benefícios desse esforço que o Executivo e o Legislativo estão fazendo em benefício delas — afirmou o ministro.

De acordo com o ministro, Antonio Carlos assegurou que fará o necessário para que o Estatuto da Micro e Pequena Empresa tramite com a maior velocidade e seja apreciado com urgência. Esta foi a primeira vez que Clóvis Carvalho esteve no Senado com o presidente Antonio Carlos depois que foi empossado como ministro do Desenvolvimento.



Clóvis Carvalho pediu e Antonio Carlos prometeu urgência para o Estatuto da Micro e Pequena Empresa



Melo (D) apresenta o presidente da Suprema Corte da Rússia

## Senado recebe presidente da Suprema Corte da Rússia

Para um visita de cortesia, quando trocou impressões e experiências sobre a atuação do Judiciário e do Parlamento, o 1º vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu ontem o presidente da Suprema Corte da Rússia, Viatchêsláv Lebedev, que estava acompanhado de três assessores.

Na oportunidade, Geraldo Melo enfatizou a importância do aprofundamento nas relações entre o Brasil e a

Rússia, sobretudo entre os poderes Judiciário e Legislativo. "A cada dia, os Parlamentos têm necessidade de recolher experiências do resto do mundo, em particular, a experiência do Judiciário na aplicação da lei, já que nós, nos Parlamentos, temos que fazer a lei ser aplicada", observou o senador.

Ao final da visita houve troca de presentes entre o 1º vice-presidente do Senado e o presidente da Suprema Corte russa.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 9h - Preside sessão não deliberativa do Senado
- ▶ 11h - Recebe Presidente da CNBB, Dom Jayme Chemello
- ▶ 12h - Recebe Comissão da "Marcha dos Cem Mil"

### PLENÁRIO

- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Direitos humanos podem ser tema de currículo escolar

Conforme proposta aprovada pelo plenário do Senado, o assunto fará parte do ensino médio e fundamental. Mas, como o projeto da Câmara foi alterado, voltará a ser examinado pelos deputados federais

O plenário aprovou ontem projeto de lei instituindo uma Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio. Originária da Câmara e modificada no Senado, a matéria voltará a ser examinada pelos deputados.

Conforme o projeto, a política englobará os órgãos integrantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, as instituições educacionais públicas e privadas da União, estados, Distrito Federal e municípios, assim como as organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área de educação em direitos humanos.

O projeto de lei relaciona como objetivos fundamentais da educação em direitos humanos a formação para a cidadania; a defesa da paz e a auto-determinação dos povos; a promoção dos sentimentos de solidariedade, justiça e tolerância; a superação dos preconceitos de cor, sexo, idade, origem, posição social, etnia ou de qualquer outra natureza; o desenvolvimento do espírito crítico; a compreensão integrada dos direitos humanos; o incentivo à participação de todos e o respeito à privacidade individual e familiar.

Relatora da matéria na Comissão



Emilia acha que a educação em direitos humanos deve se estender ao ensino profissional e superior

de Educação, Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que a exigência da educação em direitos humanos não deveria limitar-se ao ensino fundamental e médio, mas também ao ensino superior e profissional de jovens e adultos. Por isso, explicou ela, a Comissão de Educação aprovou artigo dispondo que, no ensino formal, os currículos das instituições escolares adotarão esse tema em todos os níveis e modalidades de ensino. Ela pregou que o assunto também seja tratado na educação não-formal.

## Autorizada renegociação dos créditos junto à Guiné

O Senado aprovou resolução autorizando a União a reescalonar seus créditos junto à República da Guiné oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex).

Esses recursos, no valor de US\$ 11,3 milhões, já foram objeto de negociação no âmbito do Clube de

Paris, organismo que reúne países credores.

O valor da dívida reescalada corresponde a 100% do principal, juros e juros de mora devidos até 1996, incluindo-se aí o serviço da dívida atrasada. Em razão de sua urgência, esse contrato de reescalonamento foi assinado antes

da autorização do Senado, mas o governo incluiu no texto uma cláusula contratual prevendo a possibilidade de a Casa suspender sua aprovação e vigência.

Os senadores também aprovaram ontem as renovações da concessão de exploração da Rádio Guararema, para transmitir em onda média na cidade de São José, e da permissão da RBS (Empresa Catarinense de Comunicações), para transmitir em frequência modulada na cidade de Chapecó, ambas em Santa Catarina.



## Trabalhos são prorrogados até o dia 5 de outubro

O encerramento dos trabalhos da CPI do Sistema Financeiro foi adiado do dia 12 de setembro para o dia 5 de outubro, conforme requerimento apresentado ao plenário do Senado, encabeçado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor da proposta de criação da CPI. Com isso, as duas comissões de inquérito que funcionam no momento no Senado Federal (a outra é a do Judiciário) deverão concluir os trabalhos no mesmo dia.

— Com isso, haverá mais tempo para analisar com tranquilidade os depoimentos tomados e os documentos recebidos pela CPI — afirmou o relator da comissão, senador João Alberto (PMDB-MA).

A CPI foi criada para investigar nove fatos denunciados pela imprensa em março e abril, entre eles a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam à véspera da mudança cambial ocorrida em janeiro.

O senador João Alberto já anunciou que pretende responsabilizar a diretoria do Banco Central e os ex-donos do Marka e do FonteCindam pela operação. Na opinião dele, o BC deve ser ressarcido dos prejuízos resultantes da operação.

A CPI do Sistema Financeiro está agora entrando na fase de discussão de propostas, na qual ouvirá o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan.



Para João Alberto, novo prazo permitirá analisar melhor o material apurado pela CPI

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Casa de origem). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1998 (nº 496/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guararema OM na cidade de São José (SC).

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 44 Não: 0 Abst.: 9 Total: 53. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 1999 (nº 684/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó (SC).

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 41 Não: 0 Abst.: 10 Total: 51. À promulgação.

4

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1999 (nº 3.844/97, na Casa de origem). Dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio.

**Resultado:** Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

5

Projeto de Resolução nº 64, de 1999 (CAE). Autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), no montante de US\$ 11.326.588,45.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

6

Requerimento nº 422, de 1999. Jefferson Péres. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 17 e 26, de 1999, por versarem sobre a criação de Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária.

**Resultado:** Aprovado. Os PRS nºs 17 e 26, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à CCI, e posteriormente vão à Cdir.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## Senadores analisarão decisões do Supremo

A CPI do Sistema Financeiro fará uma reunião a portas fechadas, às 17h da próxima terça-feira, para discutir o que fazer ante decisões tomadas nos últimos dias pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao julgar mandados de segurança impetrados pelo ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola (Banco Marka) contra decisões da CPI, o STF concluiu que a comissão não pode bloquear bens nem

determinar busca e apreensão de documentos em residências de pessoas investigadas.

Ao tomar conhecimento das decisões do plenário do Supremo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o STF “está dizendo, em outras palavras, que a comissão só tem poderes de delegacia de polícia”, e não “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, como prevê o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição.



Bello Parga: decisões “podem prejudicar os trabalhos do relator”

Já o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), acha que a decisão do Supremo “pode prejudicar os trabalhos do relator”, apesar de considerar que a indisponibilidade de bens e a busca e apreensão “não são essenciais” nas investigações de CPIs.

A reunião da CPI para tratar do assunto será feita antes da tomada do depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, marcado para a próxima terça. Everardo apresentará à CPI sugestões de anteprojetos de lei destinados a fechar brechas legais usadas por empresas para reduzir o Imposto de Renda a pagar.

## Maguito apresenta na TV proposta para combate à pobreza

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou proposta de emenda constitucional que prevê a utilização de 5% do Orçamento da União, dos estados e dos municípios para o combate à fome e à miséria no país. “Isso deveria constar da Constituição



brasileira como constam as verbas para a educação”, diz ele.

Em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje às 8h30 e às 20h30, Maguito diz que implementou a proposta como governador de Goiás. Ele lembra que existem várias propostas de combate à pobreza

no Brasil, e explica que a intenção é reunir todas, tanto as que tramitam nas duas Casas do Congresso, como outras existentes no país, além de projetos bem sucedidos de prefeituras e estados. “Queremos condensar tudo isso, ouvir lideranças importantes e depois buscar o entendimento para uma proposta única”, afirma.



Senador acha que medida trará economia de tempo e dinheiro para o poder público

## Estevão quer restringir contratos de consultorias

A administração pública só deve contratar serviços de assessoria ou consultoria caso não tenha, comprovadamente, condições de realizar a tarefa com seus próprios servidores. Isso é o que prevê projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e que receberá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ):

— Com a medida, entendemos que haverá economia de tempo, de dinheiro, e uma conscientização cada vez maior das grandes responsabilidades dos servidores — justificou o senador.

Estevão reconhece que a competência da administração federal tem limites, o que faz com que seja necessário recorrer, eventualmente, à ajuda externa que detém o conhecimento necessário para a solução de problemas. O senador observou, entretanto, que a administração pública está modernizando seus recursos humanos.

— As mais modernas técnicas empregadas mundo afora estão disponíveis de maneira global. Já está ao alcance de nossos servidores a tão propalada qualidade total — ponderou.

Segundo o senador, a proposta por ele defendida já foi incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, da qual foi relator no Congresso. Com o projeto, Estevão deseja que a norma se torne permanente.

De acordo com a proposição, para contratar assessoria ou consultoria técnica, além de comprovar que a tarefa não pode ser executada por servidores públicos, deve-se publicar, no *Diário Oficial* da União, o extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação.

# CFC recomenda que Itaipu tenha controle externo

Comissão sugerirá alterações no tratado firmado entre Brasil e Paraguai para criação da empresa que administra a usina

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), aprovou ontem parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que recomenda ao Senado Federal o envio de correspondência ao Itamaraty solicitando a adoção de alterações no tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai, a fim de prever formas de controle externo sobre a Itaipu Binacional, a serem exercidas pelos poderes legislativos de ambos os países.

Alega o Tribunal de Contas da União (TCU), através da Decisão nº 279/95, encaminhada ao Senado, estar prejudicada sua competência para fiscalizar as contas nacionais



Jucá, presidente da CFC: recomendação para que legislativos controlem Itaipu

da empresa, “uma vez que a administração dessa entidade é conduzida de forma paritária entre o Brasil e Paraguai”.

Na mesma reunião, a CFC aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) recomendando que a comissão solicite àquele tribunal informações detalhadas sobre a reincidência de irregularidades em algumas obras públicas fiscalizadas nos dois últimos anos. A CFC também acolheu demonstrações contábeis, encaminhadas pelo TCU, dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste e do Centro-Oeste.

## Lando cobra solução para assassinato de vereador de Rondônia

Em nome da liderança do PMDB, o senador Amir Lando (RO) pediu providências às autoridades policiais de seu estado para a solução do assassinato do vereador Acir Damaceno (PMDB), do município de Vale do Anari (RO). O senador pediu ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, o auxílio da Polícia Federal nas investigações e lamentou que o aparato de segurança em Rondônia “esteja sucateado”, o que dificultará as investigações. Amir Lando afirmou que o estado hoje se

encontra em uma crise de autoridade e o qualificou de “preguiçoso” por não prestar mais serviços à população.

— É pelo sofrimento dessa gente que venho aqui prestar a minha solidariedade à vítima e também às pessoas comuns que são abatidas na violência do campo e da cidade — disse.

O vereador foi morto quando discursava na Câmara Municipal. Frisando que não tem a intenção de fazer qualquer acusação, Amir Lando lembrou que o vereador fazia críti-



Lando revelou que a pequena cidade de Vale do Anari está perplexa com o crime

cas ao prefeito de Vale do Anari, Emis Maia, também do PMDB. O senador disse que o fato causou perplexidade na cidade.

## Bezerra defende trator mais barato para produtor

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) aplaudiu projeto de iniciativa do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre tratores agrícolas adquiridos por produtores rurais que explorem propriedades de área inferior a 150 hectares. “A redução do custo dos tratores adquiridos pelo pequeno agricultor possibilitará o aumento da produtividade



Bezerra elogiou proposta de Moreira Mendes, que atende aos pequenos produtores

dos pequenos estabelecimentos produtivos rurais pela mecanização e modernização das práticas agrícolas, além de gerar emprego no campo e reduzir a migração para os centros urbanos”, destacou.

Carlos Bezerra afirmou que qualquer proposição, legislativa ou administrativa, no sentido de promover a rentabilidade da pequena propriedade rural pro-

ductiva irá contar com o seu apoio integral. “O pequeno agricultor que me conhece sabe que pode contar comigo em sua defesa, aqui, no Congresso Nacional.”

O senador por Mato Grosso disse ter convicção de que a agricultura é a grande vocação do Brasil, frisando que seu desenvolvimento passa, necessariamente, pela capacitação produtiva do pequeno agricultor, “aquele que produz alimentos para a população brasileira”:

— Não tem cabimento desejarmos ser o celeiro do mundo se não pudermos alimentar nosso próprio povo. Produzir alimentos, além de essencial para a nutrição e a saúde dos brasileiros, é a chave para uma economia saudável. Tanto mais agora, que a ilusória âncora cambial se foi e acabou a farra dos alimentos importados com que nos lambuzamos ao longo de cinco anos — concluiu.

## Comissão de Orçamento adia reunião para terça

A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que estava convocada para as 10h de hoje foi adiada para a terça-feira, às 18h. Figuram na pauta três projetos de lei determinando abertura de crédito suplementar em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social (R\$ 84,97 milhões) e de créditos especiais destinados aos ministérios da Ciência e Tecnologia; dos Transportes; e do Meio Ambiente (no total de R\$ 187,58 milhões), e ao Senado (Prodasen e Interlegis, no valor de R\$ 190 mil).

A comissão, que é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), apreciará na mesma reunião relatório sobre a construção de edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

## Viana pede isenção de IPI na compra de camionetas

Projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) e encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos para o transporte de mercadorias adquiridos por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Na justificativa, Tião Viana invoca o artigo 149 da Constituição, que estabelece tratamento jurídico diferenciado para essas empresas, visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, entre outras.

O senador argumenta que, enquanto megasempresas como a Ford do Brasil conseguem empréstimos junto a órgãos governamentais a taxas subsidiadas, altas para os padrões brasileiros, de 14,05% ao ano, as micro e pequenas empresas “raramente obtêm financiamentos; quando conseguem recursos para capital de giro, têm que pagar, em regra, 59% ao ano”.

A proposta de Tião Viana abrange apenas veículos de transporte de mercadorias até 1.500 quilos, tais como camionetas, furgões, *pick-ups* e semelhantes.



Proposta de Viana beneficia as micro e pequenas empresas

# CCJ torna obrigatória a desincompatibilização

Os prefeitos que desejarem concorrer a um novo mandato no ano que vem poderão ter de deixar o cargo seis meses antes do pleito, segundo emenda constitucional aprovada pela comissão. Proposta será examinada em dois turnos pelo plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a obrigatoriedade de desincompatibilização dos candidatos a reeleição para os cargos executivos. O substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) mantém o instituto da reeleição, mas exige que o presidente da República, os governadores e os prefeitos, ou quem os houver sucedido ainda no curso do mandato, renunciem ao cargo 180 dias antes das eleições, caso queiram disputar um novo mandato. A matéria segue para o plenário.

A proposta inicial estabelecia o fim da reeleição para prefeitos e a desincompatibilização nos outros casos. Em defesa de seu substitutivo, Jefferson lembrou os problemas que poderão acontecer na hipótese de um prefeito de capital decidir disputar o governo estadual contra o governador em exercício e candidato à reeleição, se não houver a exigência da desincompatibilização.

A proposta suscitou ampla discussão entre os membros da CCJ, prevalecendo posições pessoais, como salientou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que votou a favor da proposta, sem levar em conta a orientação partidária. O líder do PMDB disse ter boas razões para acreditar que os candidatos à reeleição poderão "usar da pior maneira a máquina administrativa". Para o senador, a melhor forma de estabelecer critérios de justiça nos pleitos eleitorais é através do financiamento público das campanhas.

Os senadores Sérgio Machado e Lúcio Alcântara, ambos do PSDB do Ceará, discordam de Jader. Para eles, uma vez que o instituto da reeleição foi introduzido para os pleitos de presidente da República e governadores, o melhor é que "o ciclo se complete, permitindo-se que os atuais prefeitos disputem a reeleição, sem a necessidade da desincompatibilização".

— Se depois dessa eleição municipal, chegarmos à conclusão de que devemos suprimir a reeleição, tudo bem; mas acho que devemos levar a experiência até os municípios — afirmou Machado.

O senador José Alencar (PMDB-MG) se posicionou contra a reeleição "em qualquer nível". No entanto, como já foram feitas duas experiências antes, nos níveis federal e estadual, ele considera que o próximo pleito será a ocasião ideal para "acabar com o instituto da reeleição".

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que admitiu ter se arrependido por haver votado a favor da reeleição, acredita, no entanto, que os prefeitos deveriam disputá-la sem necessidade de desincompatibilização, "fechando o ciclo", iniciado com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou substitutivo do senador Jefferson Péres ao projeto original de José Eduardo Dutra

## Substitutivo de Edison Lobão procurou "conciliar opiniões"

Durante o debate de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Edison Lobão (PFL-MA) esclareceu que, "para conciliar opiniões divergentes", apresentou a nova versão do substitutivo a projeto de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), de modo a possibilitar que os partidos sem caráter nacional se reúnam em federações e assim tenham acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que o projeto "pretende impedir que o poder chegue a quem tem propostas novas e alternativas na sociedade". Para ele, "estão querendo fazer uma reserva de mercado". O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a aprovação da emenda que manteria as coligações partidárias para as eleições do ano 2000 — que terminou sendo rejeitada.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a nova legislação impedirá o funcionamento de partidos como siglas de aluguel. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que os partidos grandes também serão prejudicados nas eleições municipais, por não poderem se coligar. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) explicou que o objetivo do projeto é o fortalecimento dos partidos. O senador Amir Lando (PMDB-RO) frisou que o projeto pretende defender a igualdade.

## Pequenos partidos poderão se unir em confederações

Depois de duas horas de discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), aprovou a possibilidade de partidos sem caráter nacional se reunirem em federações para ter acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita. Os senadores deram 13 votos favoráveis e três contrários a substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto do senador José Agripino que pretendia vetar esse acesso. O substitutivo de Lobão incorporou emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), permitindo as federações de partidos políticos.

Terão acesso ao horário gratuito e a 99% dos recursos do fundo partidário os partidos que em cada eleição para a Câmara dos Deputados alcançarem, no mínimo, 5% dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles ou as federações que atenderem a essa exigência.

Fica mantida pela legislação em vigor a distribuição em partes iguais de 1% do fundo partidário às legendas que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.

O substitutivo estabelece que um décimo do tempo total da propaganda eleitoral gratuita seja distribuído, igua-

litarmente, entre todos os partidos que apresentarem candidatos às eleições. Os nove décimos restantes serão destinados aos partidos com representação na Câmara dos Deputados, proporcionalmente ao tamanho de suas bancadas.

Quanto às federações, o substitutivo determina que elas devem atuar nacionalmente como se fossem uma única agremiação partidária, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integram. Nenhuma federação poderá ser constituída nos três meses anteriores à data das eleições nacionais e os partidos que a integram deverão permanecer a ela filiados por no mínimo quatro anos. A formação de federações entra em vigor a partir das eleições de 2002.

Os votos contrários ao substitutivo de Lobão foram dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Freire (PPS-PE) e Antonio Carlos Valadares. Por ter sido aprovada na forma de substitutivo, a matéria será apreciada em turno suplementar pela CCJ e, mantida a aprovação, seguirá imediatamente para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso ao plenário do Senado.

A CCJ rejeitou proposta de emenda à Constituição de Antonio Carlos Valadares que mantinha a possibilidade de coligações para vereador nas eleições municipais do ano 2000.

## Martus Tavares explica à CAS empréstimo do BID

### Osmar Dias queixa-se de falta de quorum

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse que vai tomar providências junto ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para resolver o problema da constante falta de *quorum* na comissão. O anúncio foi feito ontem por Osmar Dias, quando o senador decidiu encerrar a reunião da CAS devido à falta de *quorum* para votar as matérias, muitas das quais receberiam decisão terminativa — o que exige votação nominal:

— Não faço mais reunião sem *quorum*. Vou cumprir o Regimento e, se não der *quorum*, vou mandar os projetos diretamente para o plenário, pois tem sido difícil reunir a comissão. Estou preocupado com essa situação pois, do jeito que está, poderemos acabar nos juntando a outras comissões — observou.



Osmar, ao lado de Heloisa, previu questões sobre falta de recursos para área social

### Projeto protege portador de HIV

O empregado portador do vírus da Aids (HIV) não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovada. Essa regra está estabelecida em projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e foi discutida ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, a partir de parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC).

O projeto é terminativo na CAS e deverá ser votado na reunião da comissão marcada para a próxima quarta-feira, às 9h, antes da audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, marcada para as 10 horas.

Lúcio Alcântara propõe o acréscimo de um artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecendo proteção aos portadores de HIV, e deixa a regulamentação da matéria para o Executivo, no prazo de 60 dias, a contar da publicação da lei.

Ao relatar a proposta, o senador Tião Viana afirmou que o Brasil tem registro de 145 mil casos de pessoas infectadas pelo HIV e estima-se que, até o próximo ano, quase 5% da mão-de-obra vai estar infectada.

— Infelizmente, na maioria das empresas, a regra ainda é a demissão quando se descobre que o empregado é soropositivo. Felizmente, as grandes companhias já vêm desenvolvendo um trabalho preventivo e implantando programas para cuidar dos contaminados sem preconceitos — disse o relator.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, participará de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para falar sobre o empréstimo de US\$ 2,2 bilhões contraído pelo Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A audiência está marcada para a próxima quarta-feira, às 10 horas.

A autora do requerimento para comparecimento do ministro foi a senadora Heloisa Helena (PT-AL). Ela quer saber como serão aplicados os recursos tomados pelo país. O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse que os integrantes da comissão deverão questionar o ministro sobre a insuficiência de recursos para atender a área social num momento em que o Brasil realiza várias operações de crédito junto a instituições multilaterais.

Os US\$ 2,2 bilhões, que fazem parte do acordo global do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), foram contratados junto ao BID sob a rubrica da rede de proteção social, observou Osmar Dias. Ele acrescentou que esses recursos deverão, no entanto, ser aplicados no pagamento dos juros da dívida, conforme mensagem do próprio governo enviada ao Congresso.

# Lampreia descarta intervenção na Colômbia

Ministro das Relações Exteriores diz que o Brasil não é ameaçado pelos problemas enfrentados pelo país vizinho e repudia qualquer especulação sobre a possibilidade de ingerência internacional em assuntos internos colombianos

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, disse ontem, em depoimento à Comissão de Relações Exteriores (CRE), que o governo brasileiro não acredita que qualquer intervenção externa na Colômbia vá ter efeito positivo. Ele afirmou ainda que o Brasil, baseado nos princípios da não-intervenção e do respeito à soberania, tampouco irá se oferecer a intermediar negociações entre a guerrilha e o governo colombianos e que só irá fazê-lo caso haja uma solicitação formal daquele país.

Lampreia, que foi convidado pela CRE, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), para falar sobre o assunto, destacou o fato de o presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, estar empreendendo esforços para negociar a paz em seu país, com perspectivas de avanços nas conversações. Para ele, qualquer especulação sobre ingerência internacional nos assuntos internos da Colômbia é indevida.

O ministro fez uma avaliação dos problemas enfrentados pelo país, que convive com a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e do Exército de Libertação Na-



O governo norte-americano deu garantias ao Brasil de que não irá intervir na Colômbia, disse Luiz Felipe Lampreia à CRE

cional (ELN) há mais de 40 anos. Lampreia confirmou que os movimentos têm bases territoriais significativas, mas, com exceção do narcotráfico, não controlam áreas de grande atividade econômica.

— Não estamos próximos de um cenário de ameaça territorial do Brasil ou ameaça regional. Essa posição é compartilhada por nossos vizinhos e parceiros — avaliou o ministro, que manifestou seu apoio a uma solução institucional dentro da normalidade

democrática.

O chanceler informou que recebeu do general Barry McCaffrey, responsável pela agência norte-americana de combate às drogas, garantias de que não há qualquer hipótese de intervenção militar direta dos Estados Unidos na Colômbia. Lampreia admitiu a complexidade do problema do narcotráfico na Colômbia, que é responsável pela produção de cerca de 90% da cocaína consumida nos Estados Unidos.

## Senadores temem por segurança das fronteiras

Os senadores que participaram da audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, mostraram-se preocupados com a segurança das fronteiras amazônicas do Brasil. As manifestações foram feitas a partir da avaliação da situação da Colômbia, que enfrenta guerrilhas e o narcotráfico.

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), da qual participou o ministro, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que a situação na Colômbia é “da maior gravidade” e que qualquer decisão de intervenção militar externa naquele país pode fazer com que o conflito migre para o Brasil e coloque a América Latina em risco. Ele destacou a importância do projeto Calha Norte, que se encontra desmobilizado, como forma de defender o território brasileiro.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), o Brasil tem “todas as razões” para não intervir na Colômbia. Na sua avaliação, as lutas internas estão enraizadas na sociedade colombiana e uma ação militar estrangeira não seria capaz de abalar aquela estrutura. Com base nessa análise, Fogaça disse acreditar que a guerrilha não está disposta a fazer concessões na negociação de paz.

Embora elogiando a ação da diplomacia brasileira em relação aos problemas colombianos, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou que o projeto Calha Norte tenha sido “estigmatizado e abandonado”. Para ele, o problema da Amazônia está ligado à defesa e ao desenvolvimento e a solução pode estar na criação de novos estados, a exemplo do que aconteceu com o Tocantins e Mato Grosso do Sul.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP)

política e pelas dificuldades sociais enfrentadas por toda a região. Em resposta, o ministro concordou que a América do Sul está passando por turbulência, mas disse que não há risco de retrocessos institucionais ou de abalo sistêmico na região.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que a situação na Colômbia ressaltou que as guerrilhas já ocupam mais da metade do território colombiano e estão a 70 quilômetros de Bogotá.

“Ninguém se impressione se eles derrubarem o governo. As Farc e o ELN agora querem o poder”, alertou o Gilberto Mestrinho, para quem o Brasil não deve participar de intervenção armada na Colômbia, nem mesmo em força de paz, e

deve cuidar de fortalecer a defesa de seu território.

Lampreia reconheceu a vulnerabilidade da Amazônia, que desperta interesses externos por suas riquezas biológicas e minerais. O ministro se disse um advogado do projeto Calha Norte, defendendo a sua retomada, apesar de admitir que o projeto sofre resistências do Ministério do Orçamento.



Alguns senadores defenderam a retomada do projeto Calha Norte, contra o qual, segundo Lampreia, resiste o Ministério do Orçamento

demonstrou preocupação com a força econômica que o narcotráfico tem na Colômbia. Ele defendeu maior presença física do governo brasileiro na fronteira, de modo a diminuir a fragilidade da Amazônia, destacando que é necessário garantir mais verbas para o Calha Norte.

A avaliação do senador José Jorge (PFL-PE) é de que a situação colombiana é realçada pela instabilidade

## Referendo no Timor Leste preocupa Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou a audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para questioná-lo sobre as iniciativas do governo brasileiro para assegurar a transparência do referendo que decidirá sobre a independência ou autonomia do Timor Leste, hoje ocupado pela Indonésia. Suplicy se mostrou preocupado com denúncias de que estariam ocorrendo interferências no processo.

Lampreia comunicou que o Itamaraty tem manifestado, desde o início do movimento de independência no Timor — que faz parte da comunidade lusófona —, sua preocupação de que a

consulta popular seja feita com lisura. O ministro comunicou que o governo indonésio assegurou ter disposição de garantir as condições necessárias para que o povo possa decidir sobre a independência do Timor.

Segundo o chanceler, assim que o resultado do referendo for divulgado, o Brasil oferecerá sua cooperação ao novo governo. “Sabemos encontrar modos de apoio às novas instituições, sejam elas independentes ou autônomas”, afirmou. Lampreia informou a Suplicy que existem entre 20 e 25 brasileiros no Timor, entre policiais, membros da justiça eleitoral e voluntários de ONGs (organizações não-governamentais), observando o processo.

## CRE e chanceler concordam que é preciso fortalecer o Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) e o Ministério das Relações Exteriores têm um ponto em comum: a necessidade de fortalecimento do Mercosul. Isso ficou claro após três horas de debates entre os membros da comissão e o chanceler Luiz Felipe Lampreia. Para o ministro, apesar de todas as dificuldades enfrentadas atualmente pelo Mercado Comum do Cone Sul, “é uma idéia suicida jogar pela janela” uma instituição que deu certo e tem tudo para crescer e prosperar.

Embora reconheça que o Mercosul enfrenta alguns problemas, principalmente com relação às políticas cambiais adotadas pelos países-membros, Lampreia entende que o mercado não pode ser administrado ao sabor das conjunturas econômicas domésticas e nem ficar atrelado a mecanismos de curto prazo. Ele anunciou que na próxima semana o Itamaraty participará de uma reunião com o presidente da República e a equipe econômica com o objetivo de buscar novas fórmulas para fortalecer economicamente o Mercosul.

Lampreia, que compareceu à CRE atendendo a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), informou que as salvaguardas da Argentina envolvendo a importação de calçados brasileiros já são “um assunto encerrado”, uma vez que os dois países chegaram a um consenso. Ele informou que no caso dos têxteis, que encontram igual resistência, o Itamaraty irá pedir auxílio à Organização Mundial do Comércio (OMC) para que as barreiras impostas pela Argentina sejam derrubadas.

Para Simon, a Argentina é a maior beneficiária do bloco econômico, criado há oito anos. Ele estranha as recentes posições adotadas pelo governo argen-

tino, de criar barreiras contra produtos brasileiros, lembrando que ao longo dos últimos anos a Argentina usou o Mercosul para colocar no mercado nacional trigo e petróleo.

No entender de José Fogaça (PMDB-RS), os recentes atritos comerciais entre Brasil e Argentina “foram maximizados”. A seu ver, o Mercosul passa por crises setoriais, como a ocorrida com os calçados brasileiros. O senador observou que o comércio de calçados entre os dois países não representa sequer 2,5% do total das transações comerciais. “Analisaram o episódio dos calçados com lente de aumento”, observou Fogaça.

Lampreia concordou com o senador e disse que a conjuntura política da Argentina tem influenciado o Mercosul, que poderá voltar à normalidade após as eleições presidenciais argentinas marcadas para outubro. Ele ressaltou que vários segmentos industriais da Argentina — como o de alimentos, o petroquímico e o automotivo — têm lucrado muito com o Mercosul.

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apelou em favor do incremento comercial com países andinos, de forma a beneficiar os estados do Norte. José Jorge (PFL-PE) é de opinião que o Mercosul ganhará força depois que for implementada uma política econômica comum entre os países que compõem o bloco. Lampreia concordou e afirmou que a próxima etapa do Mercosul visa ao atendimento do setor de serviços.

Já José Alencar (PMDB-MG) criticou a posição argentina de colocar barreiras comerciais contra produtos brasileiros e elogiou a posição assumida pelo Itamaraty no episódio, enquanto Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse ser necessário manter e fortalecer o Mercosul.

## Empresários paranaenses cobram reforma política

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) leu em plenário ontem documento enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela Associação Comercial do Paraná, no qual a entidade defende “uma profunda reforma política”, critica os aumentos de impostos e dos preços dos combustíveis, e pede a adoção de política de apoio ao setor produtivo que venha a “restaurar o ânimo empreendedor”.

Álvaro considerou oportuna a divulgação do documento, diante da divulgação da maior queda na renda *per capita* do país desde 1992. A nota elogia a aprovação das reformas constitucionais pelo Congresso na última legislatura. Mas, de acordo com o documento, o desequilíbrio do setor público ainda é um empecilho para o crescimento econômico:

– Neste panorama se vislumbram melhores condições para empreender em



Senador Álvaro Dias leu documento divulgado pela Associação Comercial do Paraná

nosso país. Entretanto, persistem dificuldades na administração pública, que continua retardando nossa capacidade de crescimento. O desequilíbrio financeiro do setor público impõe recorrentes elevações de tributos, constringendo o desenvolvimento sustentado das atividades produtivas – diz o texto.

## Arlindo Porto lamenta morte de político mineiro

O falecimento do político mineiro Pio Soares Canedo foi lamentado ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). “Minas e o mundo político perdem um luminar, um exemplo; eu, um amigo dileto e conselheiro de todas as horas, desde que lhe descobri a amizade e a capacidade de acertar na avaliação das coisas e dos homens”, afirmou o senador. Pio Canedo deixa viúva e quatro filhos.

Arlindo Porto lembrou que Pio Soares foi vereador e prefeito de Muriaé, depu-



Porto elogiou permanente disposição para o diálogo e a conciliação de Pio Soares

tado estadual, secretário de Interior e Justiça e secretário de Agricultura, Indústria e Comércio no governo Júlio Ferreira de Carvalho. Quando Juscelino Kubitschek foi governador de Minas, Pio Soares ocupou lugar no Conselho Consultivo do Banco Mineiro da Produção e reelegeu-se para a Assembléia Legislativa, onde ficou até ser eleito vice-governador de Israel Pinheiro. Porto lembrou ainda que Pio Soares participou da criação da Arena, durante o governo militar:

– Conhecido como um homem de hábitos modestos, Pio Canedo era um gigante na política, mas marcou todas as suas posições políticas como homem de bastidores, culto, capaz de refletir com habilidade e segurança a média da opinião pública e a opinião dos mineiros. Nos últimos anos, mesmo afastado dos cargos públicos, esteve presente em todos os momentos da política mineira, sempre bem informado, equilibrado, predisposto para o entendimento e a conciliação – ressaltou Arlindo Porto.

# Maria do Carmo diz que BB prejudica produtores

Senadora cita relatório de técnicos da Fundação Getúlio Vargas apontando “acréscimos ilegais” nos contratos com agricultores

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) sugeriu ontem que a Presidência da República oriente o Banco do Brasil e os demais agentes financeiros a corrigirem os critérios usados nos contratos agrícolas. A senadora afirmou que técnicos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que examinaram 118 financiamentos contraídos por agricultores, demonstraram que o Banco do Brasil embutiu “acréscimos ilegais no bojo dos contratos, variando de 25% a 45%”. Segundo os técnicos, frisou Maria do Carmo, esses equívocos não se tratam de “simples erros aritméticos, mas de erros de critérios, reconhecidos

por repetidas decisões judiciais”:

– Qualquer produtor rural que contestar judicialmente a forma de elaborar os cálculos dos seus financiamentos, infalivelmente terá seus direitos assegurados – aconselhou.

Maria do Carmo acrescentou que o erro da dívida agrícola começa pelo fator de correção a ela aplicado através da TR. Ela explicou que a TR corresponde a uma cesta das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro nacional, “bem acima de qualquer índice de preço normal”. Para a parlamentar, esses dados desmentem as informações de que os agricultores esta-



Senadora afirma que critérios usados pelo banco fixam taxas que encarecem os financiamentos

vam em busca de privilégios, pleiteando “o perdão puro e simples de grande parte de suas dívidas”.

## Rocha lembra suicídio de Getúlio Vargas

Os 45 anos do suicídio de Getúlio Vargas – ocorrido em 24 de agosto de 1954 – foram lembrados ontem em plenário pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), em discurso no qual criticou o governo e apoiou a marcha de protesto marcada para hoje em Brasília. Conforme o senador, é ruim que o governo tenha como meta destruir a herança da era Vargas, marcada por uma visão singular capaz de unir numa só estratégia o crescimento econômico, os avanços na área social e a manutenção da soberania nacional:



Sebastião Rocha diz que herança de Vargas continua a inspirar seu partido, o PDT

– O PDT continua a se inspirar nas ações de Getúlio em prol de um Brasil melhor – disse Rocha, ao in-

formar que amanhã o partido realiza em Brasília a segunda etapa da Convenção Nacional que confirmará o ex-governador Leonel Brizola como dirigente máximo da agremiação.

Para o senador, o protesto de hoje deve servir de motivação para que o governo corrija os equívocos em que está incorrendo, principalmente aqueles decorrentes da globalização econômica:

– O presidente Fernando Henrique deve encarar a manifestação como o democrata que sempre foi – apelou Rocha.

## Maguito Vilela registra o Dia do Soldado

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou ontem requerimento

solicitando que o Senado envie aos comandantes das Forças Armadas cumprimentos pela passagem do Dia do Soldado:

– O 25 de agosto é uma data que não pode nos

passar despercebida. É um dia solene, envolto numa simbologia de grande significação histórica e social. É dia de rendermos homenagens ao soldado e ao Exército brasileiro, uma instituição que sempre cumpriu, com brilho, com dignidade e altivez, suas funções institucionais – afirmou. O senador, entre 1969 e 1970, serviu como soldado do Batalhão da Guarda Presidencial.



Maguito participou ontem de comemoração da data em Goiânia

## Mauro critica exclusão de Goiás e do DF do gasoduto

A decisão do Ministério de Minas e Energia de não estender a Goiás e ao Distrito Federal o gasoduto Brasil-Bolívia foi criticada ontem em plenário pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele disse que não se pode aceitar um ato “burocrático e unilateral” prejudicial ao desenvolvimento de Goiás, lamentando que o governador Marconi Perillo pareça estar conformado, dada a sua falta de reação.

Mauro Miranda disse que a quebra do compromisso de levar o gasoduto até Goiás compromete não apenas o ministério, mas a imagem de todo o governo. A decisão teria sido tomada com base num argumento inconsistente, conforme o senador: Goiás e o DF não teriam demanda suficiente para compensar os investimentos. Para Mauro Miranda, não há demanda porque não existe o gás:

– Afinal, estamos sob que governo? O que quer o desenvolvimento, ou o que quer perpetuar o subdesenvolvimento? Se quer desenvolver o Centro-Oeste, o gasoduto é indispensável – afirmou.

Mauro Miranda estranha que Goiás e



Mauro: Goiás e DF podem ficar sem um insumo fundamental para o desenvolvimento

o DF venham a ser as duas únicas unidades federativas das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste desprovidas de um insumo fundamental para a promoção do desenvolvimento.

“Já temos o problema secular do custo de transportes a comprometer a competitividade dos nossos produtos”, lamentou o senador. Conforme Miranda, do ponto de vista técnico, há convicção firmada de que o gás natural é a mais barata de todas as fontes energéticas.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Jornal do Senado*  
8h25 – *Senado em Pauta*  
8h30 – *Entrevista* – O senador Maguito Vilela fala sobre o combate à pobreza  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
13h30 – *Debate* sobre a saúde na Amazônia  
14h – Comissão Mista da Pobreza (ao vivo)  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)  
20h30 – *Entrevista* – O senador Maguito Vilela fala sobre o combate à pobreza  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Debate* sobre a saúde na Amazônia  
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Comissão da Pobreza (reapresentação)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

# Senadores esperam respeito à democracia na marcha

A “Marcha dos 100 Mil”, que se realiza hoje na Esplanada dos Ministérios, foi o tema da maioria dos discursos dos senadores ontem. José Roberto Arruda afirmou que a defesa da democracia é o ponto de convergência entre governo e

oposição. Marina Silva observou que será um desafio para os dois lados manter o caráter democrático da manifestação. Falaram, também, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara, Eduardo Siqueira Campos, Geraldo Cândido e José Fogaça.

## Suplicy garante que oposição tem propostas para o país

Ao convidar os senadores para participarem da “Marcha dos 100 Mil”, programada para hoje na Esplanada dos Ministérios, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) negou que os manifestantes estivessem chegando a Brasília apenas para protestar, sem



Eduardo Suplicy

ter propostas concretas a apresentar. — Não é verdade. Os partidos de oposição têm várias propostas alternativas de governo, mas não estamos vendo disposição de dialogar, seja no presidente Fernando Henrique Cardoso, seja em seus ministros. Foi assim quando ele se encontrou com Lula: ouviu os projetos, mas não houve qualquer resultado prático — afirmou.

Suplicy reconheceu haver entre os

## Manter caráter democrático é o desafio, diz Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a “Marcha dos 100 Mil”, que os partidos de oposição promovem hoje, será pacífica e ordeira. “Querem caracterizar o protesto como golpismo. Não é verdade. O povo vem a Brasília para mostrar que os rumos da economia não estão de acordo com seus desejos. Será um desafio para os dois lados manter o caráter democrático da manifestação.”

Segundo Marina, o governo está dizendo que a marcha será inócua. “Uma manifestação de 100 mil pessoas não pode ser inócua. Elas estarão dizendo um basta à política de FHC de privilegiar bancos e grandes empresários, um basta aos cortes de programas sociais, um basta a diretrizes econômicas que estão fazendo o povo perder sua dignidade”, destacou.

Em apartes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram as teses de Marina Silva. Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) discordou, afirmando que nenhum governo brasileiro fez tanto pela educação, reforma agrária e agricultura quanto o atual.



Marina Silva

manifestantes quem queira “encerrar mais cedo” o mandato do presidente. “Mas a maior parte deseja providências concretas, como a criação de uma CPI para examinar a questão dos leilões da Telebrás, em face de indícios claros de quebra dos princípios de imparcialidade e impessoalidade que deveriam nortear essas operações”, disse.

Para provar que o PT tem propostas concretas de governo, Suplicy citou a premiação feita pela Fundação Abrinq a 20 municípios brasileiros, de 15 estados diferentes, que se destacaram com projetos de melhoria do padrão de vida das crianças. “Dos 20 prêmios ‘Prefeito-Criança’, o PT ganhou nove, ou seja, 45%.”

## Eduardo espera que ato seja “grande em todos os sentidos”

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) espera que a “Marcha dos 100 Mil” seja uma manifestação “grande em todos os sentidos”. Ele reafirmou sua confiança na capacidade do presidente da República para conduzir o país, salientando a origem democrática do mandato presidencial.

Para o senador, ninguém tem o direito de pedir a renúncia a um mandato conseguido nas urnas. Eduardo Siqueira Campos reconheceu que todos concordam com a gravidade da crise e querem mudanças, mas considerou o pedido de renúncia uma tentativa de “rasgar a Constituição”. Ele aconselhou o presidente a apoiar-se na contribuição que deu no passado, lutando contra a ditadura, para enfrentar a baixa momentânea nos índices de popularidade.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), em aparte, sugeriu que se faça uma reflexão sobre o momento de dificuldades por que passa o país. Para ele, o presidente tenta mostrar que o Brasil é um país sério fazendo ajustes para conseguir credibilidade junto ao investidor nacional, embora as consequências sejam “muito duras”.



Eduardo Siqueira

## Alcântara confia em “um novo Brasil” a partir de hoje

A “Marcha dos 100 Mil” deve ser também a marcha dos excluídos, dos miseráveis, dos que não têm esperança e deve despertar a sensibilidade do governo para problemas como a pobreza e a falta de saúde e de educação. A afirmação foi feita ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao manifestar sua esperança de que a marcha tenha uma dimensão maior, uma motivação menos imediatista e ocorra de maneira pacífica e sem incidente que possa encobrir sua importância.

— Se tivermos ouvidos para ouvir, se tivermos olhos para ver e se tivermos coração para sentir, essa marcha já terá cumprido seu grande destino de sacudir a consciência da sociedade — disse o senador.

Para Lúcio Alcântara, a nação está sendo chamada a se erguer independentemente de partidos políticos e o governo tem a oportunidade de ver nisso um chamado para fortalecer o reencontro dos ideais social-democratas. “Espero que surja outro Brasil depois dessa marcha”, afirmou Alcântara.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou a análise serena de Alcântara e disse que a marcha pode fazer com que o presidente da República e os parlamentares estejam mais ligados às necessidades do povo brasileiro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que o presidente da República tenha a disposição de ouvir o que os participantes da marcha têm a dizer. “O governo parece estar desatualizado há muito tempo da urgência do que está acontecendo no Brasil. Há uma sensação de estar sempre postergando a tomada de decisões”, avaliou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) observou que, quanto mais um soberano se distancia do seu povo, mais ele tem medo desse mesmo povo. “Aí vem o medo e o presidente afirma que caminhada é golpe. Um governo tão concentrador como o de Fernando Henrique Cardoso também deve concentrar o ônus de ser considerado responsável pelas mazelas”, afirmou.



Lúcio Alcântara

## Arruda afirma que medidas impopulares debelam crise

Ao comentar a realização da “Marcha dos 100 Mil”, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a defesa da democracia é o ponto de convergência entre governo e oposição. “Nossa democracia jovem, mas madura, apresenta a maior conquista de nossa geração. Por isso, tenho certeza de que a marcha transcorrerá em paz e tranquilidade, afastando qualquer sinalização de ruptura democrática.”

Segundo Arruda, o governo reconhece que há uma insatisfação real na sociedade com o cenário social e econômico do país. Ele observou, no entanto, que “pregar a destituição de um governo eleito há poucos meses pela esmagadora maioria do povo bra-



Arruda

sileiro é um atentado à própria democracia. Felizmente são poucas as lideranças oposicionistas que defendem esse caminho”.

Arruda sustentou que as medidas impopulares tomadas pelo governo foram corretas para debelar a grave crise que o país viveu. “Mas a melhora no desempenho das contas públicas e da economia é ainda modesta. Seus resultados são insuficientes para que a população possa deles se beneficiar. Por isso, existe insatisfação.”

Para o líder do governo, o presidente Fernando Henrique demonstrou coragem, “mas ele não fez essa transição sozinho, teve o apoio decisivo do Congresso, que se mantém até hoje”.

## Cândido: pedir renúncia do governo não é golpismo

O fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e a realização de novas eleições foram defendidos ontem, em plenário, pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Em discurso alusivo à “Marcha dos 100 Mil”, o senador argumentou que pedir a renúncia de um governo, na sua opinião “entreguista e antipopular”, não é golpe.

— É um dever de todo brasileiro que tem amor a sua pátria e se envergonha ao ver nosso país de joelhos, implorando por capitais voláteis e improdutivos e aumentando ainda mais a nossa dívida — disse.

Segundo Geraldo Cândido, é possível a realização de novas eleições dentro da mais absoluta legalidade e constitucionalidade. Dessa forma, cairia por terra a insinuação do presidente de que o protesto teria um caráter golpista.

— O presidente diz que esta é a marcha dos sem rumo. Na verdade, é este governo que perdeu o rumo, e nada tem a oferecer a não ser desqualificar a oposição — afirmou Cândido.

O senador disse que as propostas para recuperar a economia, elaboradas pelos opositores de Fernando Henrique, estão sendo ignoradas pelo presidente.



Geraldo Cândido

## Fogaça observa que protesto é natural no estado de direito

Sustentando que qualquer manifestação política é legítima, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que a “Marcha dos 100 Mil” não é uma ameaça institucional, mas uma reação naturalmente resultante do aumento das dificuldades econômicas do país. Ele disse que esse movimento jamais seria causador de ingovernabilidade, porque o governo de Fernando Henrique Cardoso tem dado passos seguros na direção da estabilidade.

“Isso faz parte do estado de direito, do sistema de contrários, que é a democracia presidencialista”, sustentou o parlamentar, expondo as razões que, em sua opinião, amparam o acerto da política governamental — o ajuste fiscal em andamento, a busca de metas inflacionárias e a política de juros. No entender do senador, o governo está submetendo a população a um momento de sacrifício, mas isso é parte de um projeto para evitar sacrifícios maiores no futuro.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) também destacou que a governabilidade do país não corre nenhum risco.



José Fogaça